

Proc. 166
Fls. 38
Rub.

familiares sejam informados.

Art. 6º – Serão vacinadas as crianças e adolescentes que apresentarem, no dia agendado, a carteira de vacinação, após a análise e identificação de atraso ou oportunidade de vacinação.

§ 1º – Não serão vacinadas na escola aquelas crianças que não trouxeram a carteira de vacinação, que possuam contraindicação médica ou tenham tido eventos adversos específicos a alguma vacina, comprovados por atestado médico.

§ 2º – A escola deverá enviar aos pais ou responsáveis de todos os alunos, com no mínimo cinco dias de antecedência, comunicado solicitando que os(as) estudantes levem a carteira de vacinação na data estipulada.

§ 3º – Os pais ou responsáveis cujas crianças não comparecerem à escola com a carteira de vacinação na data da visita receberão um comunicado da escola para comparecerem a unidade de saúde com a carteira de vacinação, no menor prazo possível, para a equipe de saúde analisar e, se necessário, atualizar a situação vacinal da criança.

§ 4º – A escola encaminhará para a unidade básica de saúde de referência do território uma lista contendo o nome dos(as) alunos(as) que não portava a carteira de vacinação na data da visita, bem como os nomes de seus responsáveis, endereço domiciliar e telefone, para subsidiar a comunicação da equipe de saúde com as famílias cujos alunos precisam ter suas vacinas atualizadas.

§ 5º – Caso os pais ou responsáveis que receberem a notificação de que trata o § 3º deste artigo não compareçam à unidade básica de saúde nos 15 dias posteriores à visita na escola, a unidade de saúde deverá realizar visita domiciliar à família para orientá-la sobre a importância da vacinação.

Art. 7º – No início de todo ano, após a matrícula, a escola deverá enviar, para a unidade básica de saúde de referência, uma versão fotografada ou digitalizada da carteira de vacinação de cada criança matriculada para que a situação vacinal da criança seja analisada e atualizada pela equipe de saúde.

Art. 8º – As equipes de vacinação deverão observar todas as normas técnicas do Programa Nacional de Imunizações – PNI, especialmente quanto à conservação dos imunobiológicos, segurança do paciente e registro das doses aplicadas.

Art. 9º – Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Alto Alegre do Pinaré, Estado do Maranhão, 9 de julho de 2026.

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito

EXTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2026. REF.: Processo nº. 162/2026 - PARTES: MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA), através de sua SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa I DOS S OLIVEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.162.283/0001-66 – OBJETO: Contratação referente a ata de registro de preço nº 015/2026 para prestação de serviços de confecção de camisas, uniformes, entre outros serviços de malharia e serigrafia, sob demanda, para atender as demandas das SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de Alto Alegre do Pinaré/MA - VALOR GLOBAL: R\$ 428.994,00 (quinhentos e vinte e oito mil, novecentos e noventa e quatro reais) - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020700 SECRETARIA DE SAÚDE 10 122 0119 2034 0000 MANUT. E FUNC. DA SEC. MUNIC. DE SAÚDE 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de Dezembro de 2026, contados a partir da assinatura do contrato - BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 – SIGNATÁRIOS: THAYS CRISTINA OLIVEIRA PARGA Secretária Municipal de Saúde, pela CONTRATANTE e ILNA DOS SANTOS OLIVEIRA, pela CONTRATADA.

Alto Alegre do Pinaré/MA, 09 de Julho de 2026.

Emanuel Diniz De Jesus Póvoas
Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pinaré
OAB/MA 21.553

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2026. REF.: Processo nº. 163/2026 -

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar> através do código <https://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>

PARTES: MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA), através de sua SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a empresa T ZAVARIZE CUPERTINO COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 20.520.418/0001-37 – OBJETO: Contratação referente a ata de registro de preço nº 016/2026 para prestação de serviços de confecção de camisas, uniformes, entre outros serviços de malharia e serigrafia, sob demanda, para atender as demandas das SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de Alto Alegre do Pinaré/MA - VALOR GLOBAL: R\$ 586.184,10 (quinhentos e oitenta e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e dez centavos) - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020700 SECRETARIA DE SAÚDE 10 122 0119 2034 0000 MANUT. E FUNC. DA SEC. MUNIC. DE SAÚDE 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de Dezembro de 2026, contados a partir da assinatura do contrato - BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 – SIGNATÁRIOS: ALTEMAR LIMA DE SOUSA, Secretário Municipal de Educação, pela CONTRATANTE e THIAGO ZAVARIZE CUPERTINO, pela CONTRATADA.

Alto Alegre do Pinaré/MA, 09 de Julho de 2026.
Emanuel Diniz De Jesus Póvoas
Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pinaré
OAB/MA 21.553

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2026

REF.: Processo nº. 164/2026 - PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA e a empresa JM DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA, CNPJ Nº 42.055.165/0001-00 – OBJETO: Contratação da Ata De Registro de Preços Nº 010/2026 para aquisição de materiais de limpeza/higiene com objetivo de atender as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de Alto Alegre do Pinaré/MA – VALOR GLOBAL: R\$ 290.357,41 (duzentos e noventa mil, trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos) – DOTAÇÃO: 2 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ 02 PODER EXECUTIVO 02 03 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER 02 03 00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER 12 Educação 12 122 Administração Geral 12 122 0046 SUPORTE ADMINISTRATIVO 12 122 0046 2012 0000 MANUT. E FUNC. DA SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO 074 3.3.90.30.00 Material De Consumo PRAZO DE VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2026 - BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021– SIGNATÁRIOS: ALTEMAR LIMA DE SOUSA Secretário Municipal de Educação de Alto Alegre do Pinaré (MA), pela CONTRATANTE, e WALBER JERONIMO CARVALHO JUNIOR, pela empresa CONTRATADA.

Alto Alegre do Pinaré/MA, 09 de julho de 2026.

Emanuel Diniz de Jesus Póvoas

Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pinaré/MA
OAB/MA nº 21.553.
Portaria 031/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2026

REF.: Processo nº. 165/2026 - PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA e a empresa JM DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA, CNPJ Nº 42.055.165/0001-00 – OBJETO: Contratação da Ata de Registro de Preços nº 010/2026 para contratação de empresa especializada para aquisição de materiais de limpeza/higiene a fim de atender as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – VALOR GLOBAL: R\$ 174.125,98 (cento e setenta e quatro mil, cento e vinte e cinco reais e noventa e oito centavos) – DOTAÇÃO: 2 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ 02 PODER EXECUTIVO 02 07 SECRETARIA DE SAÚDE 02 07 00 SECRETARIA DE SAÚDE 10 Saúde 10 122 Administração Geral 10 122 0119 GESTAO SAUDE 10 122 0119 2034 0000 MANUT.E FUNC. DA SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE 221 3.3.90.30.00 Material De Consumo PRAZO DE VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2026 - BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021– SIGNATÁRIOS: THAYS CRISTINA OLIVEIRA PARGA Secretária Municipal de Saúde de Alto Alegre do Pinaré, pela CONTRATANTE e WALBER JERONIMO CARVALHO JUNIOR, pela empresa CONTRATADA.

Alto Alegre do Pinaré/MA, 09 de julho de 2026.

Emanuel Diniz de Jesus Póvoas

Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pinaré/MA
OAB/MA nº 21.553.
Portaria 031/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2026

REF.: Processo nº. 166/2026 - PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA e a empresa JM DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA, CNPJ Nº 42.055.165/0001-00 – OBJETO:

Contratação da Ata De Registro De Preço Nº 010/2026 para aquisição de materiais de limpeza/higiene a fim de atender as demandas da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – VALOR GLOBAL: R\$ 80.709,87 (oitenta mil, setecentos e nove reais e oitenta e sete centavos) - **DOTAÇÃO:** 2 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ 02 PODER EXECUTIVO 02 02 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS 02 02 00 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS 04 Administração 04 122 Administração Geral 04 122 0046 SUPORTE ADMINISTRATIVO 04 122 0046 2007 0000 MANUT. E FUNC.DA SEC.DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS 044 3.3.90.30.00 Material De Consumo **PRAZO DE VIGÊNCIA:** até 31 de dezembro de 2026 - **BASE LEGAL:** Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021– **SIGNATÁRIOS:** **JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA** Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré (MA), pela **CONTRATANTE**, e **WALBER JERONIMO CARVALHO JUNIOR** pela empresa **CONTRATADA**.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 09 de julho de 2026.

Emanuel Diniz de Jesus Póvoas

Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

OAB/MA n° 21.553.

Portaria 031/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2026

REF.: Processo nº. 167/2026 - PARTES: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA** e a empresa **JM DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA**, CNPJ Nº **42.055.165/0001-00** - **OBJETO:** Contratação da Ata De Registro De Preço Nº 010/2026 para aquisição de materiais de limpeza/higiene, a fim de atender as demandas da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - **VALOR GLOBAL R\$ 34.847,63** (trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos) - **DOTAÇÃO:** 2 **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ** 02 **PODER EXECUTIVO** 02 09 **SEC.DE ASSIST.SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA** 02 09 00 **SEC.DE ASSIST.SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA** 08 **Assistência Social** 08 122 **Administração Geral** 08 122 0106 **DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL** 08 122 0106 2054 0000 **MANUT. E FUNC. DASECRETARIA** 377 3.3.90.30.00 **Material De Consumo** **PRAZO DE VIGÊNCIA:** até 31 de dezembro de 2026 - **BASE LEGAL:** Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 - **SIGNATÁRIOS:** **JAMARIA ANDREIA MENDES MORAIS** Secretária Municipal de Assistência Social, pela **CONTRATANTE** e **WALBER JERONIMO CARVALHO JUNIOR**, pela empresa **CONTRATADA**.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 09 de julho de 2026.

Emanuel Diniz de Jesus Póvoas

Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

OAB/MA n° 21.553.

Portaria 031/2025

Proc.

Fig.

Proc. 163
Fls. 40
Rub. *gm*

Estado do Maranhão
Município de Alto Alegre do Pindaré

DIÁRIO OFICIAL
Poder Executivo

Secretaria de Administração e Finanças

Coordenação do Diário Oficial - DOM

Avenida João XIII, s/n, Centro

edomaap@gmail.com

José Francinete Bento Luna
Prefeito

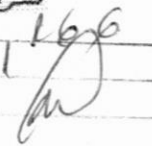
Clay Regazzoni Ribeiro Torres
Coordenador do e-DOM

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:

- a) Edição dos textos enviados ao Diário por email;
- b) Medida da página – 17cm de largura e 25cm de altura;
- c) Editor de texto padrão: Word for Windows – Versão 6 ou Superior;
- d) Tipo de fonte: Times New Roman;
- e) Tamanho da letra: 8;
- f) Entrelinhas: simples;
- g) Excluir linhas em branco;
- h) Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
- i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dia após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
- j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
- k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas.

Informações: (98) 98612-9344

Proc. 166
Fls. 41
Rub. 

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 09/07/2026

Dados do Documento

Tipo de Documento: Contrato Genérico com Testemunhas-Acesso Rápido
Referência Contrato: Caderno do Executivo - Diário de 09 de Julho de 20
Situação: Vigente / Ativo
Data da Criação: 09/07/2026
Validade: 09/07/2026 até Indeterminado
Hash Code do Documento: B83B77BD4AC6C811C89C051492E5A37A45A4387CA3470C276426CC108A88C7FE

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Contratadas
Relacionamento	01.612.832/0001-21 - MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARE
Representante	CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES
Ação:	Assinado em 09/07/2026 17:40:15 com o certificado ICP-Brasil Serial - 41EAB1078166F991
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/150.0.0.0 Safari/537.36
Localização	Latitude: -3.7042 / Longitude: -45.9627
Tipo de Acesso	Normal



As assinaturas digitais contidas neste documento possuem carimbos de tempo baseados na Hora Legal Brasileira, emitidos pela Autoridade de Carimbo de Tempo (ACT) Qualisign, homologada pelo Observatório Nacional (ON/MCTI) ou por uma ACT externa homologada pela ICP-Brasil.

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <https://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

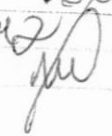
Código de Acesso (Passcode): **MSL59-JMSFD-OU87M-6MZWT**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://validar.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-Qualisign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Proc. 166
Fls. 42
Rub. 

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em

<https://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 10 de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.